



O TRANSITAR PELA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE INDÍGENA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Clara Gomes Machado (claragomes09@hotmail.com)

Catia Paranhos (catiamartins@ufgd.edu.br)

Ser Residente Multiprofissional em Saúde Indígena do HU-UFGD é estar aberto aos desafios, aos constantes rearranjos e desconstruções do papel esperado para cada profissão, a fim de tecer uma rede de cuidados aos usuários indígenas que transitam na rede SUS, pautada na integralidade e na atenção diferenciada. Neste momento de pandemia, os serviços de saúde estão passando por adaptações incessantes para receber, além do público comumente atendido, os casos de contaminados pelo novo corona vírus (COVID-19). No ambiente hospitalar os ajustes incluem a alteração na rotina de acompanhantes e visitas aos usuários hospitalizados. Este trabalho é um relato de experiência que tem como objetivo problematizar o cuidado ofertado aos povos indígenas na atenção hospitalar durante a pandemia. Para tal, serão analisados os casos de crianças indígenas internadas em ambiente de terapia intensiva pediátrica do HU-UFGD a partir das recomendações dispostas nas cartilhas do Curso Saúde Mental e Atenção Psicossocial na COVID-19, oferecido pela Fiocruz – Brasília. As crianças indígenas e suas famílias que foram acompanhadas durante o processo de hospitalização possuíam singularidades que se convertiam em diversas necessidades. Enquanto algumas famílias, que vivem na Reserva Indígena de Dourados, se arriscavam com meios próprios para chegar ao hospital em busca de notícias dos filhos, outras vinham de aldeias distantes, e em alguns casos, regressavam para seus territórios imediatamente após realizar a internação, pela impossibilidade de permanecerem como acompanhantes. As crianças que já sabiam falar, bem como os pais, nem sempre dominavam o português, sendo um obstáculo na realização dos cuidados hospitalares e no acolhimento. Nas intercorrências, realização de procedimentos cirúrgicos e óbitos, a ausência dos pais, de intérpretes ou de acesso à telefone impossibilitaram a comunicação efetiva entre equipe e família. Ao acompanhar estes casos, é possível refletir sobre os direitos que foram negados a esta família e os desafios do SUS. A cartilha “Recomendações para o cuidado de crianças em situação de isolamento hospitalar” dispõe sobre o caráter prioritário dos serviços de saúde em manter algum membro da rede socioafetiva da criança como acompanhante durante sua internação, a fim de evitar agravos em sua saúde mental, que podem perdurar por anos após a alta hospitalar. Além disso, na cartilha “Povos Indígenas no contexto da COVID-19” é reforçado o compromisso em garantir a atenção diferenciada preconizada pelas políticas especializadas a estes povos, viabilizando critérios especiais de acesso e acolhimento, como a ambiência dos espaços, o direito ao intérprete, além da efetivação de espaços de escuta ativa e diálogo com os usuários ao traçar estratégias de cuidado. Enfim, ressalta-se como o engajamento e educação permanente da equipe assistencial e gestora da rede SUS se torna urgente para que o cuidado em saúde indígena se transforme na garantia de direitos e na promoção de potências.